



Guia do Participante

Parque Estadual Paulo César Vinha

Revisão do Plano de Manejo do
Parque Estadual Paulo César
Vinha – Espírito Santo



Março/2025

Governador do Estado do Espírito Santo

Renato Casagrande

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Felipe Rigoni

Diretoria geral do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Mário Stella Cassa Louzada

Diretoria Administrativo-Financeiro

Rafael Almeida Lovo

Diretoria Técnica

Gilberto Arpini Sipioni

Gerência de Recursos Naturais

Rodolpho Torezani Netto

Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação

Joseany Trarbach

Fotografia da Capa

Leonardo Merçon (Instituto Últimos Refúgios)

Instituição Contratante:

Petróleo Brasileira S.A. - PETROBRAS

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

Instituição Executora:

SALT Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Equipe Técnica Salt Engenharia e Meio Ambiente

Coordenação Técnica

Felipe Varela Tonella

Responsável para o Uso Público

Pâmella Nogueira

Responsável para a Área Ambiental

Ketlyn Dias Camargo de Almeida

Responsável para a Área Social

Ranielle Almeida Fraga

Responsável pelas análises do SIG

Thiago Marques Coelho

Moderador/Facilitador

Felipe Andrade Silva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Parque Estadual de Paulo César Vinha e da sua Zona de Amortecimento no estado do Espírito Santo.....	9
Figura 2 - Ciclo de um projeto para revisão de um Plano de Manejo conforme os “Padrões Abertos para a Prática da Conservação”, formulado pela Aliança para Medidas de Conservação (CMP).....	11
Figura 3 - Etapas do processo de Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES. Os quadros em cinza se referem às etapas já realizadas, o quadro em vermelho à etapa atual e os quadros em azul às etapas que ainda estão por vir.....	12
Figura 4 - Vista aérea da lagoa de Carais. Atrativo natural, ecossistema símbolo do Parque Estadual Paulo César Vinha (ES).....	13
Figura 5 - Síntese do levantamento fundiário realizado no Parque Estadual Paulo César Vinha, Espírito Santo.....	15
Figura 6 - Uso e ocupação do solo (2019-2020) abrangendo o Parque Estadual Paulo César Vinha e sua Zona de Amortecimento.....	16
Figura 7 - Depósitos litorâneos identificados em diferentes ambientes do Parque Estadual Paulo César Vinha: a) Sedimento praial; b) Dunas na porção oeste do Parque.....	17
Figura 8 - Lagoa Feia (à esquerda) e Lagoa de Carais (à direita), principais corpos d’água do Parque Estadual Paulo César Vinha.....	18
Figura 9 - Exemplos de vegetação que ocorrem no Parque Estadual Paulo César Vinha: a) Floresta Não Inundável (mata seca e <i>Palmae</i>); b) Formação Arbustiva Não Inundável (Aberta de Clúsia); c) Floresta Inundável; d) Formação Herbácea Inundável (Brejo Herbáceo).....	18
Figura 10 - Registros de fauna que ocorrem no Parque Estadual Paulo César Vinha/ES. a) Cuíca lanosa (<i>Caluromys philander</i>); b) Perereca-de-capacete (<i>Nyctimantis brunoi</i>); c) Saíra-beija-flor (<i>Cyanerpes cyaneus</i>); d) Borboleta tigrada (<i>Melinaea ludovica</i>); e) Cobra-cipó (<i>Leptophis ahaetulla</i>); f) Iarara (<i>Eira barbara</i>).....	20
Figura 11 - Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha realizada nos dias 11 e 12 de março de 2025.....	22
Figura 12 - Elaboração do Propósito durante a Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.....	23
Figura 13 - Dinâmica participativa para elaboração da Declaração de Significância do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.....	24
Figura 14 – Dinâmica do <i>Mapa Falado</i> com os participantes da Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.....	28
Figura 15 - Processo de análise de informações para atualização do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.....	29
Figura 16 - Modelo Situacional genérico mostrando o contexto do projeto.....	39
Figura 17 - Exemplo sintético de um modelo conceitual com alvos de bem-estar humano.....	39
Figura 18 – Próximas etapas após a Oficina de Planejamento Participativo para revisão do Plano de Manejo.....	40

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Ficha técnica do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.	14
Quadro 2 - Relação do número de espécies de flora do Parque Estadual Paulo César Vinha por categoria de grau de ameaça da Lista Estadual e Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção..	19
Quadro 3 - Propostas para definição do Propósito do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.	23
Quadro 4 - Propostas para a definição da Declaração de Significância do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.....	25
Quadro 5 - Elementos identificados para subsidiar a definição dos alvos de conservação.	25
Quadro 6 – Categorias de avaliação dos recursos ambientais e sociais para execução da atividade do Mapa Falado durante a Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.	27
Quadro 7 - Programação da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.....	30
Quadro 8 - Exemplo dos componentes do planejamento seguindo os “Padrões Abertos para a Prática da Conservação”	34
Quadro 9 - Alvos de bem-estar humano definidos para o Monumento Natural Serra das Torres (MONAST).	35
Quadro 10 - Produtos a serem concluídos ao final do processo.	36
Quadro 11 - Ameaças identificadas durante o processo de elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural Serra das Torres – MONAST.	36
Quadro 12 - Produtos a serem concluídos ao final da etapa de análise de ameaças.....	38
Quadro 13 - Produtos a serem concluídos ao final da etapa de análise situacional.	40

LISTA DE SIGLAS

- APA** - Área de Proteção Ambiental
- CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente
- ES** – Espírito Santo
- IDAF** - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
- IEMA** – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- MONAST** - Monumento Natural Estadual Serra das Torres
- OC** – Oficina Consultiva
- OPP** – Oficina de Planejamento Participativo
- PEPCV** – Parque Estadual Paulo César Vinha
- PM** – Plano de Manejo
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- TCCA** – Termos de Compromisso de Compensação Ambiental
- UC** – Unidade de Conservação
- ZA** – Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
1.1. Histórico do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha.....	8
2. OBJETIVOS DO GUIA DO PARTICIPANTE	10
3. ETAPAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO	10
3.1. Diagnóstico Preliminar.....	12
3.1.1. <i>Breve Descrição do Parque Estadual Paulo César Vinha</i>	<i>13</i>
3.1.2. <i>Situação Fundiária</i>	<i>14</i>
3.1.3. <i>Uso e Ocupação do Solo</i>	<i>16</i>
3.1.4. <i>Geologia</i>	<i>17</i>
3.1.5. <i>Recursos Hídricos.....</i>	<i>17</i>
3.1.6. <i>Flora</i>	<i>18</i>
3.1.7. <i>Fauna</i>	<i>19</i>
3.1.8. <i>Atividades ou Situações Conflitantes</i>	<i>20</i>
3.2. Oficina Consultiva.....	21
3.2.1. <i>Propósito e Significância.....</i>	<i>22</i>
3.2.2. <i>Mapa Falado.....</i>	<i>26</i>
3.2.3. <i>Subsídios para a Elaboração da Oficina de Planejamento Participativo.....</i>	<i>29</i>
4. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO (OPP)	30
4.1. Objetivos	30
4.2. Programação.....	30
4.3. Abordagem Metodológica.....	32
4.3.1. <i>Definição do Escopo e Visão</i>	<i>32</i>
4.3.2. <i>Identificação dos Alvos de Conservação e Alvos de Bem-Estar Humano</i>	<i>33</i>
4.3.3. <i>Análise do Contexto de Conservação e dos Atores Envolvidos</i>	<i>36</i>
4.3.4. <i>Construção Participativa do Modelo Situacional</i>	<i>38</i>
5. CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO PLANO DE MANEJO	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. APRESENTAÇÃO

As Unidades de Conservação (UCs) são essenciais para preservar a biodiversidade e garantir serviços ecossistêmicos. Contudo, essas áreas enfrentam pressões crescentes sobre os recursos naturais, e, por isso, é fundamental um manejo eficaz, baseado em instrumentos de planejamento adequados. Nesse contexto, o **Plano de Manejo** (PM) se torna uma ferramenta indispensável para assegurar a efetividade das UCs na conservação ambiental.

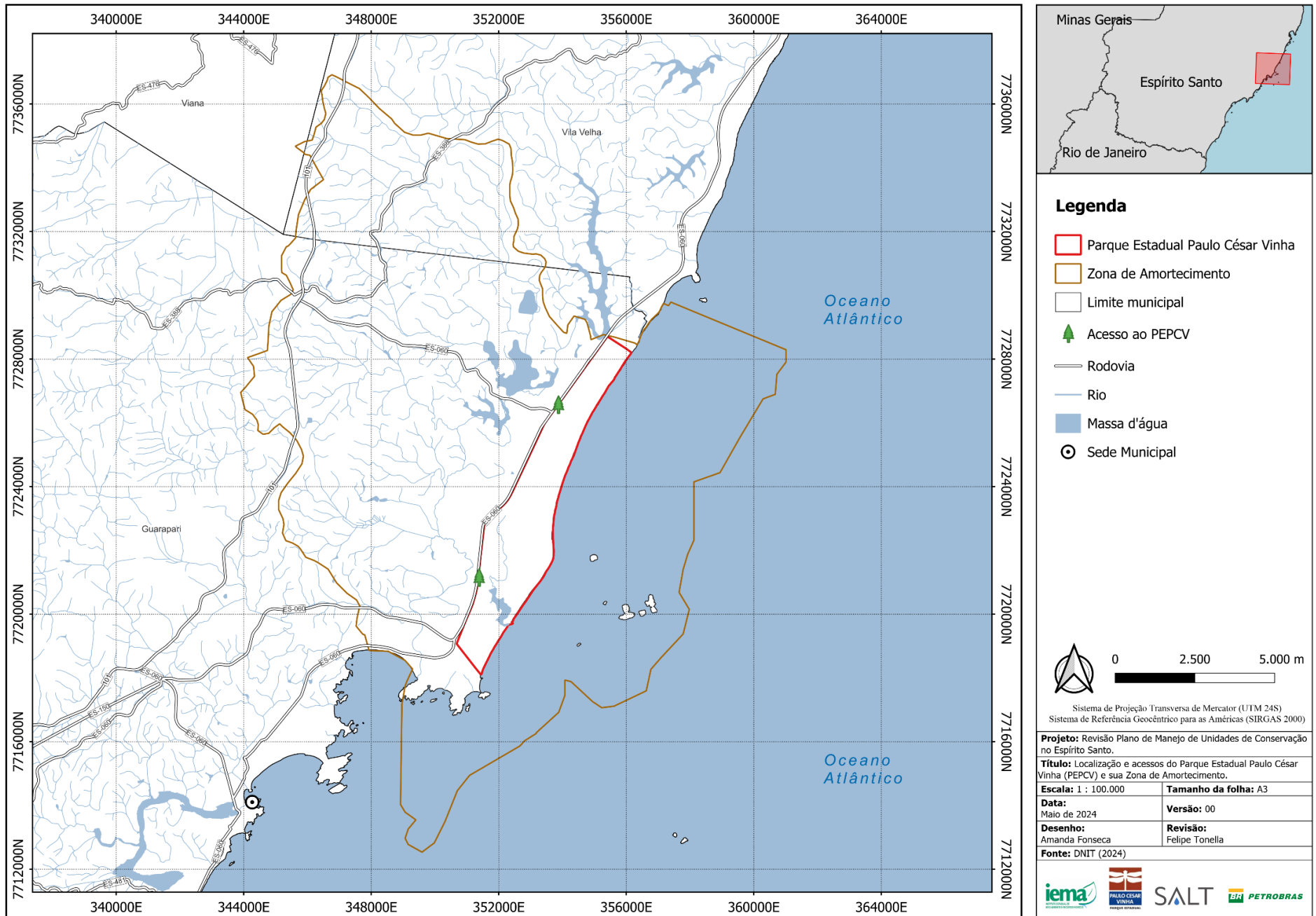
Conforme a Lei nº 9.985/2000, todas as UCs devem possuir um Plano de Manejo que abranja, além da área protegida, sua **Zona de Amortecimento** (ZA) e eventuais corredores ecológicos. O Plano de Manejo é um documento técnico que estabelece o zoneamento e define as normas para o uso sustentável dos recursos naturais e a implantação de estruturas de gestão. Ele também promove a integração das UCs com a vida social e econômica das comunidades vizinhas e residentes.

1.1. Histórico do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha

O Parque Estadual Paulo César Vinha (PEPCV), localizado no município de Guarapari, no estado do Espírito Santo (**Figura 1**), é uma Unidade de Conservação de **Proteção Integral**. Criado em 5 de junho de 1990 por meio do Decreto nº 2.993-N, recebeu inicialmente o nome de Parque Estadual de Setiba, sendo posteriormente renomeado para Parque Estadual Paulo César Vinha pela Lei Estadual nº 4.903/1994. Sua criação e gestão seguem as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentado pela Lei nº 9.985/2000 e pelo Decreto nº 4.340/2002 (MMA, 2006). A administração do parque está sob a responsabilidade do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Em 2006, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) publicou a Resolução nº 371/06, que estabelece diretrizes para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos relacionados às compensações ambientais. No período de 1999 a 2006, como resultado da aplicação desses mecanismos de compensação, foram realizadas pesquisas no Parque Estadual Paulo César Vinha com o objetivo de elaborar seu Plano de Manejo.

Figura 1 - Localização do Parque Estadual de Paulo César Vinha e da sua Zona de Amortecimento no estado do Espírito Santo.



O Plano de Manejo do PEPCV foi apresentado ao poder público e à sociedade civil, como parte das medidas previstas no processo de licenciamento ambiental da duplicação da Rodovia do Sol (ES 060), em 2007. Desde seu ano de publicação, o Plano de Manejo tem sido usado como documento norteador para a gestão da UC. Recentemente, foi aprovada a revisão do Plano de Manejo do PEPCV como cumprimento de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) junto ao IEMA.

Nesse contexto, a revisão do Plano de Manejo do PEPCV é muito importante para melhorar a proteção da natureza e a gestão do parque. O plano original foi criado há quase 20 anos e, desde então, muita coisa mudou, como o uso das áreas ao redor, a economia local e o que sabemos sobre o meio ambiente. A atualização do Plano de Manejo possibilita a implementação de estratégias frente às necessidades atuais, garantindo a preservação das plantas, dos animais e da paisagem, além de promover o uso sustentável do parque.

2. OBJETIVOS DO GUIA DO PARTICIPANTE

O presente documento consiste no Guia do Participante, cujo objetivo é **fornecer informações essenciais** para a Oficina de Planejamento Participativo (OPP), **auxiliando os participantes** na compreensão da programação, dos objetivos do encontro e dos elementos do Plano de Manejo. O guia apresenta a estrutura da oficina, a ficha técnica e o mapa da Unidade de Conservação, além de detalhar os conceitos e inter-relações dos componentes do Plano de Manejo, garantindo uma participação mais informada e eficaz no processo de revisão.

3. ETAPAS DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO

A revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual de Paulo César Vinha, está sendo realizada de acordo com a metodologia descrita no **“Padrões Abertos para a Prática da Conservação”** (CMP, versão 4.0, 2020). Conforme este documento, os projetos para revisão dos Planos de Manejo devem seguir cinco etapas, como ilustra a **Figura 2**.

Figura 2 - Ciclo de um projeto para revisão de um Plano de Manejo conforme os “Padrões Abertos para a Prática da Conservação”, formulado pela Aliança para Medidas de Conservação (CMP).

1. AVALIE

- Propósito e equipe
- Escopo, visão e alvos
- Ameaças críticas
- Situação de conservação

2. PLANEJE

- Objetivos, estratégias, pressupostos e metas
- Plano de monitoramento
- Plano operacional



5. COMPARTILHE

- Documente o aprendizado
- Compartilhe o aprendizado
- Promova a aprendizagem

3. IMPLEMENTE

- Plano de trabalho e cronograma
- Orçamento
- Implemente o plano

4. ANALISE & ADAPTE

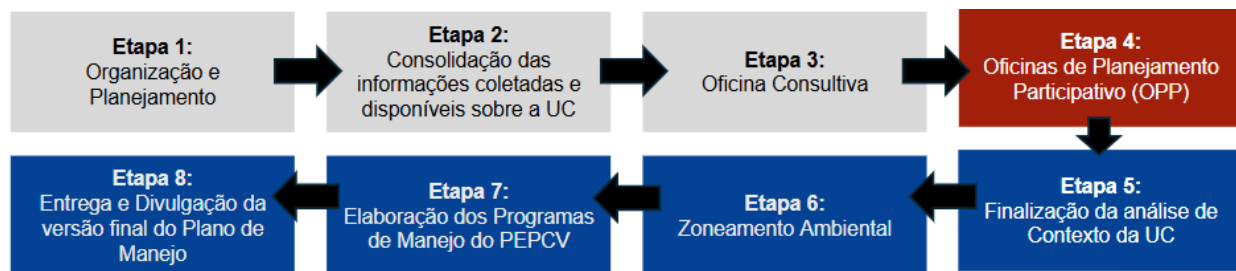
- Prepare os dados
- Analise os resultados
- Adapte os planos

Fonte: CMP, versão 4.0, 2020.

Destaca-se que o Plano de Manejo é um documento elaborado de forma integrada, no qual todos os elementos mostrados convergem e se complementam, funcionando de maneira cíclica, como representado na imagem.

Com base na metodologia citada, a **Figura 3** apresenta as etapas definidas para o processo de revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha, conforme Plano de Trabalho desenvolvido em conformidade com o Termo de Referência estabelecido pelo IEMA, emitido no âmbito do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, celebrado entre o IEMA-ES e a PETROBRAS.

Figura 3 - Etapas do processo de Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES. Os quadros em cinza se referem às etapas já realizadas, o quadro em vermelho à etapa atual e os quadros em azul às etapas que ainda estão por vir.



3.1. Diagnóstico Preliminar

O **Diagnóstico Preliminar** reúne as informações obtidas nas primeiras etapas do processo de revisão do Plano de Manejo. A Etapa 1 consistiu no reconhecimento de campo, permitindo uma visão geral da Unidade de Conservação e a identificação inicial de aspectos relevantes para a gestão. Já a Etapa 2 envolveu a elaboração do diagnóstico propriamente dito, com base na análise de dados secundários, como estudos técnicos, relatórios e informações institucionais.

O diagnóstico está estruturado em três seções básicas: **meio biótico, meio antrópico e meio físico**. A seção do meio biótico apresenta informações sobre a fauna, flora e ecossistemas da UC, destacando espécies ameaçadas, biodiversidade e dinâmicas ecológicas. A seção do meio antrópico aborda a ocupação humana, uso do solo, atividades econômicas e aspectos socioculturais que influenciam a área protegida. Por fim, a seção do meio físico descreve as características geológicas, climáticas, hídricas e topográficas, fundamentais para a compreensão da dinâmica ambiental da UC.

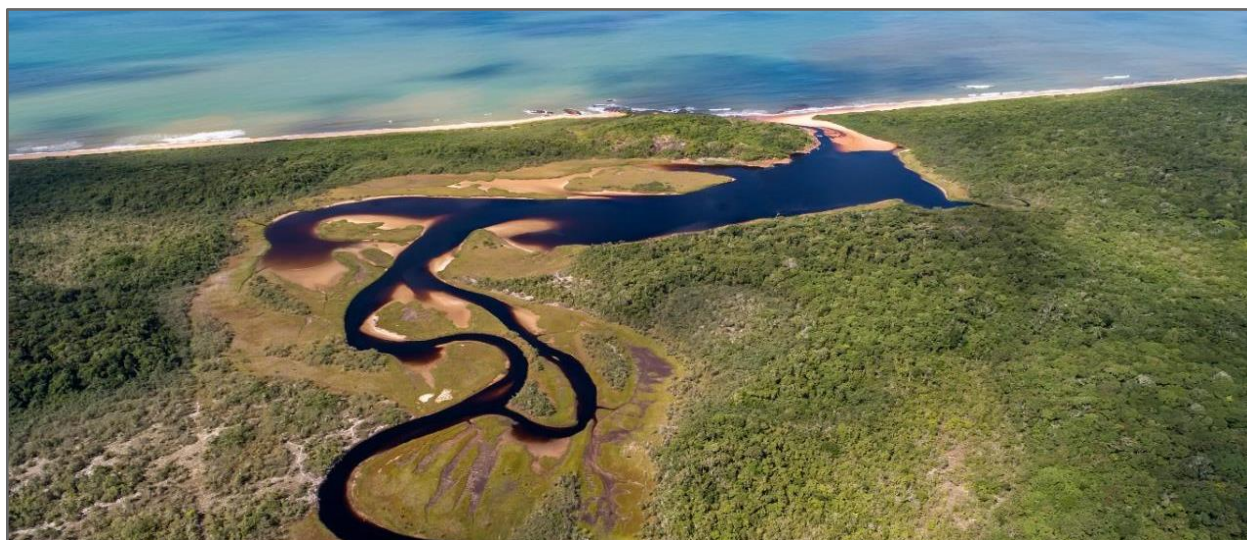
Esse diagnóstico serve como **base para a revisão do Plano de Manejo**, fornecendo um panorama atualizado das características e desafios da UC. A seguir, apresenta-se um resumo de algumas seções do Diagnóstico Preliminar que são relevantes como subsídios para a Oficina de Planejamento Participativo.

3.1.1. Breve Descrição do Parque Estadual Paulo César Vinha

Com uma área de 1.500 hectares, o Parque Estadual Paulo César Vinha está situado em uma planície litorânea e abriga uma **ampla diversidade de ecossistemas**, incluindo lagoas, dunas, planícies alagadas e formações vegetais típicas de restinga. Dentre as dez fitofisionomias conhecidas desse bioma, nove estão presentes no parque, como a Mata Seca, a Floresta Permanentemente Inundada, o Brejo Herbáceo e o Aberto de Clúseas (IEMA, 2023).

O parque também desempenha um papel fundamental na **conservação da biodiversidade**, abrigando espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, como a coroa-de-frade e o ouriço-preto, além de espécies endêmicas, incluindo algumas pererecas e libélulas. Sua principal atração é a Lagoa de Caraís (**Figura 4**).

Figura 4 - Vista aérea da lagoa de Caraís. Atrativo natural, ecossistema símbolo do Parque Estadual Paulo César Vinha (ES).



Fonte: Leonardo Merçon/Últimos Refúgios

Além disso, o PEPCV faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Setiba, que tem como objetivo preservar as áreas adjacentes de restinga e a região marinha do arquipélago das Três Ilhas.

Conforme decreto de criação, o PEPCV é uma UC de Proteção Integral, assim as atividades permitidas em seu interior são limitadas a atividades de educação ambiental, ecoturismo e pesquisas científicas, e as suas normas de uso são definidas pela Lei nº 10.094, de 15 de outubro de 2013, a qual estabelece normas para a utilização pública de Parques Estaduais (IEMA 2023). A ficha técnica do PEPCV é apresentada no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Ficha técnica do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.

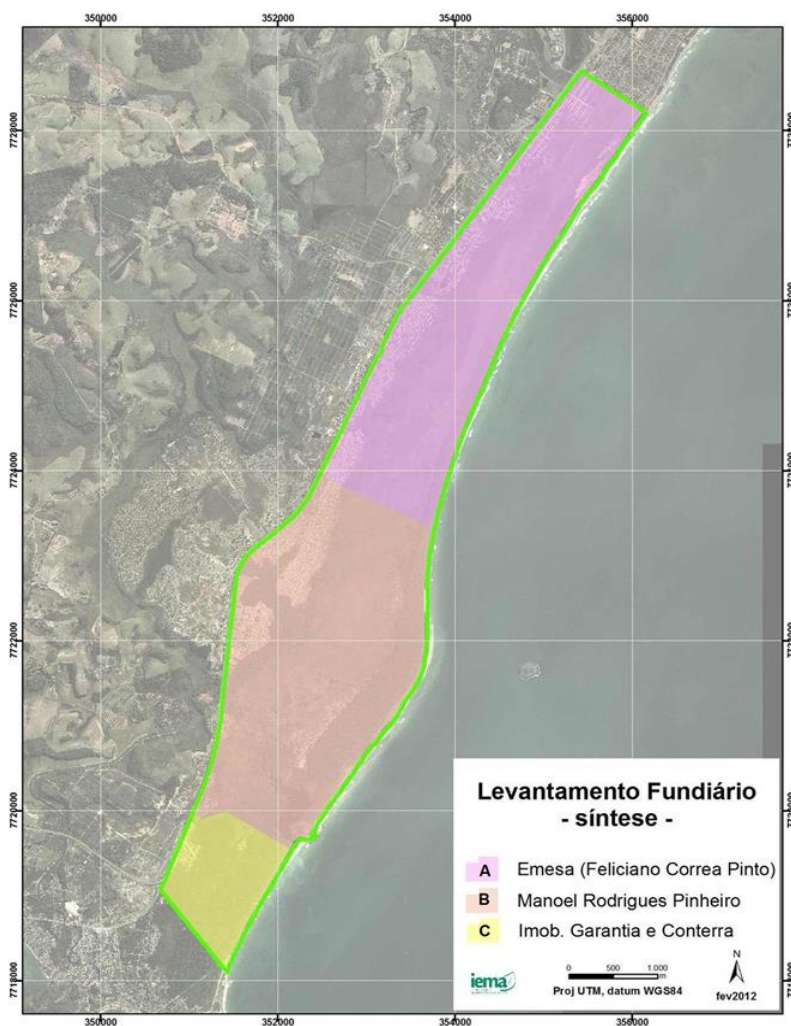
FICHA TÉCNICA DO PARQUE ESTADUAL PAULO CÉSAR VINHA - ES	
Nome da Unidade de Conservação	Parque Estadual Paulo César Vinha
Unidade Gestora Responsável	IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
Endereço da Sede	Rodovia ES - 060, Km 37,5, Guarapari, Espírito Santo, Brasil
Telefone	(27) 3636-2522
Área	1.500 ha
Município	Guarapari
Estado	Espírito Santo
Data de Criação e nº do Decreto	05 de junho de 1990 - Decreto Estadual nº 2.993-N.
Plano de Manejo	Publicado em 2007
Objetivo da Unidade de Conservação	Resguardar os atributos excepcionais da natureza na região, a proteção integral da flora, da fauna, do solo, das lagoas, das dunas e demais recursos naturais. Bem como sua preservação para objetivos educacionais, científicos e recreativos.
Situação Fundiária	50% regularizada
Bioma	Mata Atlântica
Atributos ambientais	Lagoas, praias, costão rochoso, dunas, planícies alagadas e vegetação de restinga com 9 fitofisionomias
Atributos históricos e culturais	Sítios arqueológicos
Grupo	Proteção Integral

3.1.2. Situação Fundiária

O PEPCV, situado na Região Metropolitana da Grande Vitória, enfrenta **desafios fundiários complexos** devido a ocupações irregulares, especulação imobiliária e disputas territoriais. Criado em uma área de 1.500 hectares, o parque tem um histórico de fragmentação fundiária desde a subdivisão da antiga Fazenda Palmeiras, em 1874.

A situação fundiária do parque é dividida em três blocos principais (**Figura 5**): 1) Áreas da EMESA/COMDUSA; 2) Propriedades de Manoel Rodrigues Pinheiro e seus herdeiros e; 3) Terrenos pertencentes à Imobiliária Garantia e Conterra.

Figura 5 - Síntese do levantamento fundiário realizado no Parque Estadual Paulo César Vinha, Espírito Santo.



Fonte: Retirado de IEMA (2012).

Atualmente, **50% do território** do parque está **regularizado** (IEMA, 2023), mas a consolidação fundiária é essencial para proteger os recursos naturais e evitar novas disputas. O levantamento fundiário conduzido pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e IEMA revelou sobreposições de posse, terrenos sem registro e áreas edificadas na zona de amortecimento, exigindo esforços coordenados entre autoridades ambientais, o Ministério Público e órgãos judiciais para avançar na regularização e gestão territorial.

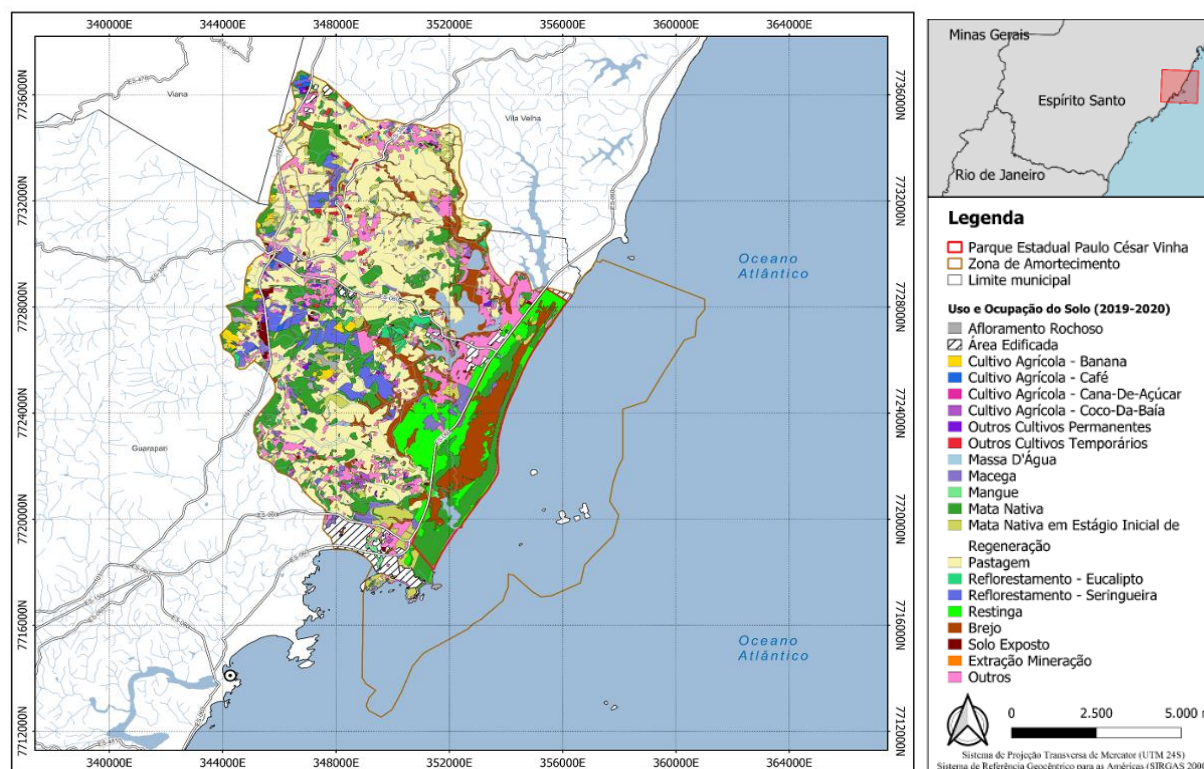
3.1.3. Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do solo na região do PEPCV começou a se intensificar nos anos 1970 com a construção de um eixo viário. O crescimento urbano foi mais forte nas décadas de 1980 e 1990, aumentando a pressão sobre os recursos naturais.

A ocupação direta no PEPCV permanece restrita devido à legislação, permitindo a regeneração da vegetação. Na Zona de Amortecimento, a ocupação é de baixa intensidade, com foco em pastagem e agricultura (**Figura 6**).

O turismo litorâneo e rural é uma importante fonte de renda, especialmente na alta temporada, com infraestrutura consolidada de hotéis, restaurantes e bares. As principais ameaças ao parque incluem ocupação irregular, industrialização, mineração, caça, coleta, perda de cobertura florestal e fragmentação de habitats.

Figura 6 - Uso e ocupação do solo (2019-2020) abrangendo o Parque Estadual Paulo César Vinha e sua Zona de Amortecimento.



Fonte: Elaborado a partir de dados do GEOBASES: ISJN (2019-2020).

3.1.4. Geologia

A área do Parque é formada, em sua maior parte, por sedimentos do período Quaternário, caracterizados como depósitos litorâneos (acumulados próximos ao mar), **Figura 7**. Por outro lado, na Zona de Amortecimento, também são encontrados outros tipos de depósitos (FORTES et al., 2014), como:

- Depósitos aluvionares – formados por sedimentos transportados por rios.
- Depósitos colúvio-aluvionares – resultantes da combinação de sedimentos trazidos por rios e pelo movimento de encostas.
- Rochas do Complexo Paraíba do Sul – rochas mais antigas, formadas por processos geológicos intensos.
- Sedimentos do Grupo Barreiras – depósitos antigos de origem continental, formados por areia, argila e cascalho.

Figura 7 - Depósitos litorâneos identificados em diferentes ambientes do Parque Estadual Paulo César Vinha: a) Sedimento praial; b) Dunas na porção oeste do Parque.



Fonte: Salt (2024).

3.1.5. Recursos Hídricos

Os principais cursos d'água de Guarapari são os rios Jaboti, Conceição, Perocão e Una. No PEPCV, os principais corpos d'água são as lagoas **Caraís**, **Vermelha** e **Feia (Figura 8)**. A lagoa Caraís possui uma área de drenagem de 16,4 km², dos quais 7,8 km² correspondem a uma planície de inundação com baixa declividade. Essa lagoa mantém uma conexão superficial intermitente com o mar, que se abre principalmente após períodos de fortes chuvas.

Quanto aos **recursos hídricos subterrâneos**, a região do PEPCV é predominada pelo **Sistema Aquífero Granular**, que desempenha um papel essencial na dinâmica hídrica local. Esse aquífero fornece uma fonte vital de água para a fauna e flora, especialmente em períodos de seca, além de contribuir para o fluxo de córregos e lagos.

Figura 8 - Lagoa Feia (à esquerda) e Lagoa de Caraís (à direita), principais corpos d'água do Parque Estadual Paulo César Vinha.



Fotos: Leonardo Merçon / Últimos Refúgios

3.1.6. Flora

A predominância de solos arenosos e a proximidade do litoral favorecem o desenvolvimento da restinga arbórea, que ocupa uma extensa área do parque e abriga uma rica diversidade de espécies vegetais organizadas em distintas comunidades, como (**Figura 9**):

Figura 9 - Exemplos de vegetação que ocorrem no Parque Estadual Paulo César Vinha: a) Floresta Não Inundável (mata seca e *Palmae*); b) Formação Arbustiva Não Inundável (Aberta de *Clúsia*); c) Floresta Inundável; d) Formação Herbácea Inundável (Brejo Herbáceo).





Fonte: Salt (2024).

O levantamento de espécies realizado no PEPCV identificou **882 espécies de plantas**, algumas das quais estão listadas na **Lista de Espécies Ameaçadas (Quadro 2)**. Entre as espécies de flora ameaçadas, destaca-se a *Pleopeltis lepidopteris*, uma planta típica das formações abertas de restinga, cuja ocorrência no Espírito Santo é registrada exclusivamente no PEPCV. Esse padrão de distribuição restrita também é observado para a espécie *Asplenium lacinulatum* (INMA, 2019), o que reforça a importância dessa unidade de conservação para a preservação da biodiversidade local.

Quadro 2 - Relação do número de espécies de flora do Parque Estadual Paulo César Vinha por categoria de grau de ameaça da Lista Estadual e Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Status	Nº de Espécies	
	Lista Estadual - Decreto Estadual nº 5.238-R/2022	Lista Nacional - Portaria MMA nº 148/2022
Vulnerável (VU)	35	11
Em Perigo (EN)	12	23
Criticamente em Perigo (CR)	2	0
TOTAL	49	34

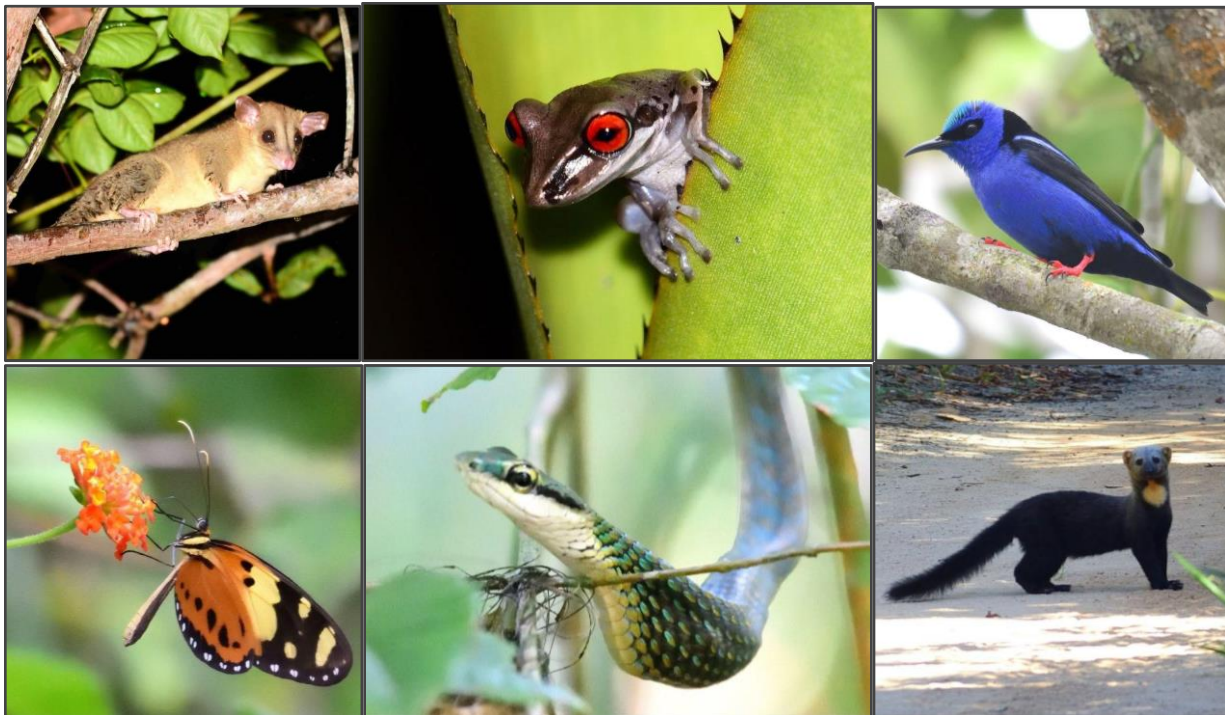
Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados do Catálogo de Plantas das Unidades de Conservação do Brasil (GUARNIER et al., 2022).

3.1.7. Fauna

Foram identificadas **540 espécies de animais** no PEPCV (**Figura 10**), sendo a maioria do grupo das aves (INMA, 2019). Entre os invertebrados (168 espécies), o filo Arthropoda foi o mais representativo, com 143 espécies, das quais 120 são insetos. Apenas três espécies de invertebrados se encontram nas Listas de Espécies Ameaçadas. Dentre o grupo dos peixes (32

espécies), apenas o **cavalo-marinho-raiado** (*Hippocampus erectus*) está classificado como "Vulnerável". Além disso, foram identificadas 39 espécies de anfíbios e 43 espécies de répteis, sendo encontradas três espécies ameaçadas em listas estadual e nacional. Entre as aves (205 espécies), 12 estão em pelo menos uma lista de espécies ameaçadas, com destaque para o **albatroz-de-nariz-amarelo** (*Thalassarche chlororhynchos*). No grupo dos mamíferos (53 espécies), o **ouriço-preto** (*Chaetomys subspinosus*) está classificado como "Vulnerável" na Lista Nacional, e a **Onça-Parda** (*Puma concolor*) está "Em Perigo" na Lista Estadual.

Figura 10 - Registros de fauna que ocorrem no Parque Estadual Paulo César Vinha/ES. a) Cuíca lanosa (*Caluromys philander*); b) Perereca-de-capacete (*Nyctimantis brunoi*); c) Saira-beija-flor (*Cyanerpes cyaneus*); d) Borboleta tigrada (*Melinaea ludovica*); e) Cobra-cipó (*Leptophis ahaetulla*); f) Iarara (*Eira barbara*).



Fotos: Hilton Monteiro Cristóvão (@hilton.monteiro.cristovao).

3.1.8. Atividades ou Situações Conflitantes

O Parque Estadual Paulo César Vinha enfrenta diversas ameaças ambientais que comprometem sua conservação. A **entrada ilegal de veículos nas praias e dunas** danifica a vegetação e prejudica a incubação de ovos de tartarugas marinhas, apesar das medidas de fiscalização. A **extração ilegal de areia** é um problema persistente, ligado ao próprio surgimento do parque, e continua ocorrendo, especialmente à noite, apesar da legislação rigorosa. A

retirada de vegetação nativa para fins comerciais e ornamentais ameaça a biodiversidade e a pesquisa científica na região.

As **queimadas criminosas** representam outro grande risco, com incêndios históricos devastando áreas significativas do parque, exigindo maior monitoramento e combate ao fogo. A **caça ilegal** de animais silvestres, como tatus e teiús, e a **pesca irregular** na lagoa de Carais também comprometem os ecossistemas locais. Além disso, o **lixo** deixado por visitantes e trazido pelo mar, especialmente plásticos, ameaça a fauna marinha.

Os **atropelamentos de animais** na Rodovia do Sol são frequentes, principalmente de aves, exigindo medidas como passagens de fauna e redução de velocidade. Por fim, **espécies exóticas invasoras**, como a acácia e a leucena, prejudicam a flora nativa e necessitam de controle contínuo. Para mitigar esses impactos, são essenciais o reforço da fiscalização, programas de educação ambiental e ações integradas de conservação.

3.2. Oficina Consultiva

Conforme as diretrizes estabelecidas no “Padrões Abertos para a Prática da Conservação” (CMP, 2020) e no Termo de Referência elaborado pelo IEMA, o processo de construção do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha deverá ser conduzido de maneira **coletiva e participativa**.

As oficinas participativas previstas nesses documentos incluem a **Oficina Consultiva (OC)**, referente à Etapa 3 da revisão do Plano de Manejo, e a **Oficina de Planejamento Participativo (OPP)**, referente à Etapa 4. A seguir, apresenta-se uma breve descrição da OC, já realizada.

A Oficina Consultiva ocorreu nos dias 11 e 12 de março de 2025, na sede do Parque Estadual Paulo César Vinha – ES (**Figura 11**). O evento contou com a participação da equipe gestora e do conselho gestor do Parque, totalizando 46 participantes ao longo dos dois dias. A oficina teve por objetivo mobilizar diferentes atores para participação no planejamento do PEPCV e sua zona de amortecimento, **identificar suas relações com a UC e mapear atores-chave para participação na OPP**.

Figura 11 - Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha realizada nos dias 11 e 12 de março de 2025.



Fonte: SALT, 2025.

3.2.1. Propósito e Significância

O propósito de uma Unidade de Conservação é estabelecido por meio de uma análise detalhada de sua razão de existência, que inclui estudos prévios, objetivos definidos no Decreto de sua criação, bem como leis estaduais e municipais pertinentes. Esse propósito não se limita às designações legais, mas busca, a partir delas, adicionar outros elementos considerados relevantes e que tenham sido identificados em momento posterior à criação da UC. A definição do propósito serve como base para compreender o que é mais significativo sobre a Unidade de Conservação, proporcionando uma base sólida para uma gestão eficaz.

O Propósito do PEPCV foi elaborado de modo participativo durante a Oficina Consultiva, etapa 3 (**Figura 12**).

Figura 12 - Elaboração do Propósito durante a Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.



Fonte: Salt (2025).

Para a elaboração desta proposta inicial, os participantes foram divididos em dois grupos. Cada grupo, com base em perguntas orientadoras, desenvolveu uma proposta. O **Quadro 3** apresenta os textos resultantes.

Quadro 3 - Propostas para definição do Propósito do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.

Grupo ¹	Texto proposto
01	<p>“O Parque Estadual Paulo César Vinha, originalmente criado como Parque de Setiba, protege um importante fragmento de restinga em excelente estado de conservação no município de Guarapari, Espírito Santo - cidade reconhecida como a capital da biodiversidade marinha. O parque abriga diversas espécies ameaçadas e endêmicas, como o cacto da coroa-de-frade e o sapinho da restinga. Apresenta uma grande diversidade de ambientes, incluindo todas as fitofisionomias de restinga descritas, a laguna de Carais, áreas alagadas e dunas. Além de preservar a biodiversidade, o Parque Estadual PCV também favorece a prática de esportes, o desenvolvimento do turismo sustentável e a promoção do conhecimento científico.”</p>
02	<p>“O Parque Estadual Paulo César Vinha situa-se no litoral do município de Guarapari (ES) e foi criado em 1990 por meio da luta da sociedade civil para proteger um dos poucos remanescentes de restinga do ES. Protege diversos ambientes de restinga e as espécies ameaçadas associadas, principalmente o “setibinha”, os alagados e os recursos hídricos, sendo a Lagoa de Carais o principal atrativo turístico do parque. Protege também os recursos pesqueiros e fomenta atividades de educação ambiental, ecoturismo, lazer e bem-estar, além de valorizar a identidade da população local.”</p>

¹ Os textos foram transcritos fielmente, mantendo a escrita e a estrutura original dos participantes.

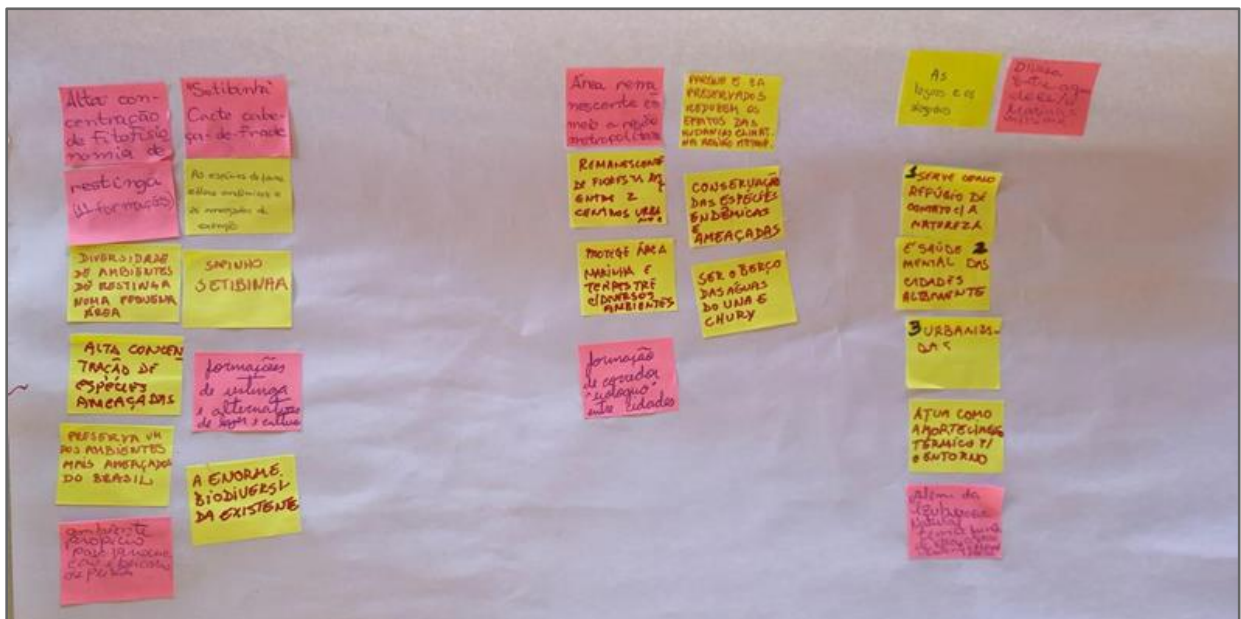
O texto final do Propósito da UC será validado e aprovado durante a Oficina de Planejamento Participativo.

Outro componente discutido e elaborado na Oficina Consultiva foi a Declaração de Significância da UC. Conforme o Roteiro Metodológico (ICMBio, 2018), as Declarações de Significância representam a unidade de conservação, destacando a importância de seus recursos e valores. Esses elementos estão diretamente relacionados ao motivo de sua criação e inclusão no sistema federal de unidades de conservação.

As Declarações de Significância estão diretamente ligadas ao Propósito da UC e são fundamentadas no conhecimento disponível, nas percepções culturais e em um consenso coletivo. Elas ressaltam a singularidade da área protegida e sua relevância em escalas global, nacional, regional e sistêmica. Além disso, devem evidenciar a contribuição da UC para os serviços ecossistêmicos, ou seja, os benefícios que a unidade proporciona à sociedade e que podem ser especificados.

Durante a Oficina Consultiva, foi elaborada uma proposta de Declaração de Significância do PEPCV, cuja validação ocorrerá na OPP (**Figura 13**).

Figura 13 - Dinâmica participativa para elaboração da Declaração de Significância do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.



Fonte: Salt (2025).

O **Quadro 4** apresenta as duas propostas elaboradas pelos participantes, a partir do mapeamento das especificidades e elementos únicos do PEPCV.

Quadro 4 - Propostas para a definição da Declaração de Significância do Parque Estadual Paulo César Vinha durante a Oficina Consultiva.

Grupo ²	Texto proposto
01	“O PEPCV protege uma elevada diversidade de ambientes de restinga, um dos mais ecossistemas de Mata Atlântica mais ameaçados do Brasil. Protege espécies de alto grau de ameaças de extinção, como: setibinha, coroa-de-frade, orquídeas, ouriço preto. O setibinha ocorre apenas no PEPCV, único local do mundo, sendo endêmico. É o maior remanescente de floresta entre as zonas urbanas de Vila Velha-ES e Guarapari, promovendo benefícios de bem-estar, saúde, lazer, recreação e educação ambiental à população local e visitantes de diversas regiões.”
02	“O PEPCV é uma UC que abriga TODAS as fitofisionomias da restinga e a laguna de Caraís, única do ES, que contribuiu imensamente como regulador hídrico e climático, servido também como abrigo de espécies endêmicas e ameaçadas, como o “setibinha”, sendo a UC a mais estudada cientificamente do estado do ES.”

A definição das Declarações de Significância contribui para a identificação dos alvos de conservação e dos aspectos estratégicos que deverão orientar o Plano de Manejo e Gestão da UC.

Em uma análise inicial, com base nessas declarações, foram identificados os alvos de conservação preliminares, que serão discutidos e aprimorados durante a Oficina de Planejamento Participativo. O **Quadro 5** apresenta essa identificação.

Quadro 5 - Elementos identificados para subsidiar a definição dos alvos de conservação.

Elementos alvos de conservação	Descrição
Diversidade de fitofisionomias de restinga	Devido à predominância de solos arenosos e à proximidade do litoral, o PEPCV apresenta uma rica diversidade de fitofisionomias de restinga , que são um dos remanescentes mais conservados do estado, e tornam o Parque um <i>hotspot</i> de biodiversidade, por abrigar um elevado número de espécies ameaçadas, reforçando sua importância para a conservação.
Espécie endêmica Sapo Setibinha (<i>Melanophryniscus Setiba</i>)	O PEPCV é o único local onde se conhece e se preserva a espécie <i>Melanophryniscus setiba</i> , popularmente conhecido como Sapo Setibinha , anfíbio descoberto em 2005, que se encontra na lista estadual de espécies ameaçadas de extinção.

² Os textos foram transcritos fielmente, mantendo a escrita e a estrutura original dos participantes.

Elementos alvos de conservação	Descrição
Espécies de flora endêmica, como o Cacto-coroa-de-frade	A Restinga do PEPCV resguarda algumas espécies endêmicas como orquídeas, bromélias e cactos, incluindo espécies ameaçadas como o <i>Melocactus violaceus</i> (coroa-de-frade). Essas espécies vêm sofrendo coleta ilegal em função do fácil acesso aos exemplares, principalmente próximos aos feriados da semana santa.
Ambientes alagados e Lagoa de Carais ³	<p>As áreas alagadas do Parque são ecossistemas de alta biodiversidade, servindo como habitats essenciais para diversas espécies de plantas e animais, incluindo espécies endêmicas. Esses ambientes possuem dinâmicas próprias, com variações na frequência e intensidade do alagamento, que influenciam de diferentes formas a ecologia das espécies que os habitam. Além disso, desempenham um papel fundamental nos processos de infiltração da água da chuva e no abastecimento do lençol freático, fornecendo uma ampla gama de serviços ecossistêmicos.</p> <p>A Lagoa de Carais está localizada junto à praia e ao costão rochoso, é caracterizada por sua coloração avermelhada graças a decomposição da matéria orgânica provinda dos alagados que a abastecem, e desempenha importante papel na manutenção da biodiversidade e na regulação do ciclo hídrico.</p>
Remanescente florestal	O PEPCV é o maior remanescente florestal entre as zonas urbanizadas dos municípios de Guarapari e Vila Velha, promovendo a regulação hídrica e climática da região, além de fornecer os benefícios da saúde e bem-estar pelo contato com a natureza, espaço para atividades de educação ambiental e ecoturismo.

O aprofundamento desses elementos, visando à definição e priorização dos alvos de conservação, será realizado com base no Diagnóstico Preliminar, nos subsídios da Declaração de Significância e da OC, além da análise técnica.

3.2.2. Mapa Falado

Com o objetivo de levantar informações sobre o território e validar os dados de caracterização presentes no Diagnóstico Preliminar, foi adotada a ferramenta do *Mapa Falado* junto aos participantes.

³ Embora o nome dado ao local seja de Lagoa de Carais, tecnicamente esse ambiente é uma laguna, pois o corpo d'água é caracterizado por baixa profundidade, água salobra e parcialmente separado do mar por uma barreira natural (faixa de areia, sedimento do Quaternário) e que tem comunicação intermitente ou permanente com o oceano em algumas épocas do ano.

O *Mapa Falado* é um método de coleta de informações baseado na percepção e no conhecimento que indivíduos e grupos possuem sobre o território em que vivem. Essa abordagem permite a identificação visual dos recursos ambientais e possibilita uma discussão ampla e participativa sobre diversos aspectos do território.

A aplicação da técnica consiste em percorrer a área em estudo, analisando e debatendo aspectos ambientais, econômicos, sociais e eventuais conflitos, a partir da perspectiva de cada participante.

Para a análise na OC, foram apresentadas 10 categorias de avaliação dos recursos ambientais e sociais. O **Quadro 6** detalha essas categorias, suas subcategorias e os aspectos analisados.

Quadro 6 – Categorias de avaliação dos recursos ambientais e sociais para execução da atividade do Mapa Falado durante a Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.

Número	Categoria	Subcategorias	Aspectos a serem analisados
1	Uso do Solo na Zona de Amortecimento	1.1 Loteamentos urbanos 1.2 Loteamentos industriais 1.3 Áreas agrícolas 1.4 Áreas de conflitos	Identificação dos usos do solo na Zona de Amortecimento.
2	Conflitos Socioambientais	2.1 Conflitos fundiários 2.2 Pressões por expansão urbana e industrial 2.3 Conflitos entre conservação e uso econômico	Disputas em razão de interesses diferentes.
3	Fauna	3.1 Endêmica 3.2 Ameaçada 3.3 Invasora 3.4 Necessidade de estudos específicos para alguma espécie	Identificação e distribuição das espécies, bem como estudos e dados disponíveis. Levantamento de informações sobre espécies de interesse ambiental.
4	Flora	4.1 Endêmica 4.2 Ameaçada de extinção 4.3 Invasora 4.4 Necessidade de estudos específicos para alguma espécie	Identificação e distribuição das espécies, bem como estudos e dados disponíveis. Levantamento de informações sobre espécies de interesse ambiental. Identificação de plantas medicinais.
5	Sítios Arqueológicos	5.1 Áreas de relevância para pesquisa de sítios arqueológicos 5.2 Presença de sítios arqueológicos 5.3 Perda de área de sítios arqueológicos 5.4 Áreas de importância cultural e histórica	Proteção e valorização do patrimônio arqueológico.
6	Áreas Promotoras de Bem-Estar Humano	6.1 Áreas de lazer e recreação 6.2 Locais de conexão com a natureza 6.3 Atributos para educação cidadã e ambiental 6.4 Regulação de microclima	Contribuição dos espaços naturais para a qualidade de vida e bem-estar.

Número	Categoria	Subcategorias	Aspectos a serem analisados
7	Áreas Importantes para Pesquisa	7.1 Locais de monitoramento ambiental 7.2 Áreas de interesse acadêmico	Consolidação de informações ecológicas e de biodiversidade da UC.
8	Uso indevido	8.1 Caça ilegal 8.2 Pesca ilegal 8.3 Retirada de espécies vegetais (orquídeas, flores, trepadeiras e outras) 8.4 Disposição inadequada de resíduos 8.5 Presença de animais domésticos 8.6 Turismo desordenado	Adoção de medidas para controle e fiscalização.
9	Uso das águas	9.1 Água de boa qualidade 9.2 Água com qualidade ruim 9.3 Falta de água 9.4 Conflitos pelo uso d'água 9.5 Áreas de despejo inadequado de esgoto	Gestão da água e uso da água na ZA.
10	Potenciais do Território	10.1 Turismo sustentável 10.2 Projetos de restauração ecológica para ZA 10.3 Compatibilização de Políticas Públicas (Plano Diretor Municipal, Zoneamento Ecológico-Econômico) 10.5 Integração com a comunidade e entorno	Oportunidades para promoção de usos sustentáveis do território.

Por meio de adesivos e canetas, os participantes marcaram no mapa a localização e as informações referentes às categorias analisadas. A **Figura 14** apresenta os registros dessa atividade.

Figura 14 – Dinâmica do *Mapa Falado* com os participantes da Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.



Fonte: Salt (2025).

3.2.3. Subsídios para a Elaboração da Oficina de Planejamento Participativo

A Etapa 4 concentra-se na apresentação preliminar dos elementos que irão compor o Plano de Manejo. Trata-se de uma fase dedicada à prospecção de informações, análise de dados e definição de cenários, tanto para a situação atual quanto para o futuro. O fluxo de análise no processo de revisão do Plano de Manejo, baseado nas informações levantadas, está detalhado na **Figura 15**.

Figura 15 - Processo de análise de informações para atualização do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.



A Oficina de Planejamento Participativo (OPP) representa a etapa mais relevante de participação pública no processo de revisão do Plano de Manejo. É nesse momento que os elementos-chave do ciclo de gestão são identificados e validados, garantindo a inclusão das contribuições da sociedade no planejamento. A seguir são apresentados os objetivos, metodologias, conceitos e produtos que serão produzidos durante a OPP.

4. OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO (OPP)

A Oficina de Planejamento Participativo se refere à Etapa 4 da revisão do Plano de Manejo e será realizada nos dias 08, 09 e 10 de abril de 2025, na sede recreativa campestre da Associação dos Policiais Federais do Estado do Espírito Santo, localizado em Guarapari, nas proximidades do PEPCV. O evento contará com a participação da equipe gestora e de atores-chave do território, previamente identificados durante a Oficina Consultiva.

O objetivo desta etapa é conduzir as Oficinas de Planejamento Participativo, com a participação dos atores identificados na Oficina Consultiva, com o intuito de **realizar a análise situacional da Unidade de Conservação e iniciar a construção do seu Modelo Situacional**.

4.1. Objetivos

- Definir o **escopo**, a **visão** e os **alvos de conservação** do PEPCV;
- Identificar e classificar as **ameaças** e **oportunidades** diretas e indiretas;
- Analisar o **status de conservação** e os interesses dos **atores envolvidos**;
- Construir um **modelo situacional** participativo para a gestão do PEPCV.

4.2. Programação

A Oficina de Planejamento Participativo será realizada nos dias **08, 09 e 10 de abril de 2025**. O cronograma das atividades programadas para os três dias é apresentado no **Quadro 7**.

Quadro 7 - Programação da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) do Parque Estadual Paulo César Vinha/ES.

08/04 - 1º Dia: Definição de Escopo e Visão	
Horário	Atividade
08h00	<i>Chegada</i>
08h30	Abertura, Programação e acordos
08h40	Apresentação das etapas e metodologia da revisão do Plano de Manejo do PEPCV
09h20	Validação de Propósito e Significância da UC elaborados na Oficina Consultiva
09h50	Subsídios para definição do escopo, da visão e dos alvos da conservação para o Plano de Manejo: Contribuições da Oficina Consultiva
10h20	Elaboração do Escopo e Visão do Plano de Manejo - <i>Dinâmica participativa</i>
11h20	Elaboração do Escopo e Visão do Plano de Manejo - <i>Resultados da dinâmica</i>

08/04 - 1º Dia: Definição de Escopo e Visão

Horário	Atividade
12h00	<i>Intervalo para almoço</i>
13h30	Alvos de Conservação do Plano de Manejo PEPCV
14h00	Identificação dos Alvos de Conservação - <i>Dinâmica participativa</i>
15h30	<i>Intervalo</i>
16h00	Dinâmica: Identificação dos Alvos de Conservação - <i>Discussão em plenária</i>
16h50	Consolidação dos Alvos de Conservação
17h00	<i>Encerramento</i>

09/04 - 2º Dia: Alvos de Conservação

Horário	Atividade
08h00	<i>Chegada</i>
08h30	Abertura, Programação e acordos
08h40	Alvos de Conservação do Plano de Manejo PEPCV
09h20	Status de conservação dos Alvos de Conservação - <i>Dinâmica em grupo</i>
10h30	Priorização dos Alvos de Conservação - <i>Dinâmica individual</i>
11h00	Construção de lista definitiva dos Alvos de Conservação do Plano de Manejo do PEPCV
12h00	<i>Encerramento</i>

10/04 - 3º Dia: Modelo Situacional

Horário	Atividade
08h00	<i>Chegada</i>
08h30	Programação e acordos
08h40	Apresentação sobre Modelo Situacional
09h00	Modelo Situacional - <i>Dinâmica 1: Ameaças e atores associados</i>
10h15	Síntese das Ameaças e atores associados
10h40	Modelo Situacional - <i>Dinâmica 2: Serviços ecossistêmicos e alvo de Bem-estar Humano</i>
11h40	Síntese dos serviços ecossistêmicos e Alvos de Bem-estar Humano
12h00	<i>Almoço</i>
13h30	Modelo Situacional - <i>Dinâmica 3: Identificação das oportunidades e fatores de risco</i>
14h30	Consolidação do Modelo Situacional
16h00	Apresentação dos resultados da Oficina
17h00	<i>Encerramento</i>

4.3. Abordagem Metodológica

A Oficina de Planejamento Participativo será conduzida em conformidade com as diretrizes estabelecidas na versão 4.0 dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação (CMP, 2020). Durante a oficina, serão definidos elementos essenciais para a revisão do Plano de Manejo e que irão compor a construção do **Modelo Situacional**, principal objetivo da OPP.

Estes elementos incluem o **escopo** geográfico do projeto, a **visão** estratégica dos resultados esperados e a seleção dos **alvos prioritários de conservação**. Além disso, o processo envolverá a análise do contexto do projeto, abrangendo a identificação de **ameaças**, **oportunidades** e principais **partes interessadas**.

4.3.1. Definição do Escopo e Visão

O **escopo**, no caso de uma Unidade de Conservação, define **o que se pretende influenciar ou modificar** com a implementação do projeto de revisão do Plano de Manejo. Ele estabelece os limites temáticos e/ou geográficos do que será abordado, ou seja, quais elementos da conservação serão considerados no planejamento. No entanto, o escopo não restringe necessariamente onde as ações ocorrerão, pois, intervenções e estratégias podem ser implementadas em diferentes locais, desde que contribuam para os objetivos definidos. Alguns exemplos de escopo são:

Escopo:
(MONAST)

“O Monumento Natural da Serra das Torres (Monast) preserva os recursos naturais e a beleza 230 cênica dos maciços rochosos, a partir da valorização do turismo ecológico e da cultura regional, do desenvolvimento da pesquisa e da sustentabilidade, da prestação de serviços ambientais e da integração entre sociedade e natureza.”

Fonte: IEMA (2024).

Escopo:
(Parque
Nacional
Tia'm)

Ecosistema Florestal do Parque Nacional Tia'm.

Este escopo abrange exclusivamente a área do Parque Nacional, localizado no Canadá, estabelecendo um limite geográfico claro, com foco específico nos ecossistemas florestais

Fonte: CMP (2020).

Além de definir o escopo, também é necessário decidir sobre uma **visão** clara e comum - uma **descrição do estado desejado ou da condição final que se deseja alcançar** com o projeto. A declaração de visão pode ser escrita de forma que atenda aos critérios de ser relativamente geral, visionária e breve. Alguns exemplos de visão são:

Visão: (MONAST)	<p><i>“O Monumento Natural Estadual de Serra das Torres é composto por um conjunto de montanhas e florestas de grande beleza que abriga um dos maiores remanescentes de mata atlântica do sul do estado do Espírito Santo, reconhecido por abrigar espécies raras, ameaçadas e endêmicas da fauna e da flora, incluindo um dos menores sapos do mundo (sapo-pulga – <i>Brachycephalus didactylus</i>) e a onça-parda (<i>Puma concolor</i>), além do palmito juçara, o samambaiaçu, orquídeas e árvores de madeira de lei.</i></p> <p><i>Em seu relevo, se destacam a Pedra do Farol, Pedra da Caveira, Estrela Dalva, Santa Maria e Linda Aurora, formações que deram origem ao seu nome. Em suas serras e florestas, são produzidas águas para a maior parte dos municípios sul-litorâneos, além do fenômeno do Sumidouro, onde o rio desaparece e ressurgue centenas de metros adiante. Suas comunidades, baseadas na agricultura familiar, se beneficiam dos serviços ambientais por ela prestados, por meio da qual se conectam em diversidade de histórias, culturas e belas paisagens.”</i></p>
---------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: IEMA (2024).

Visão: (Parque Nacional Tia'm)	<p><i>“Uma floresta boreal compartilhada pelo trotar dos alces, pelos passos dos Mi'kmaq e pelo canto dos pássaros”.</i></p>
------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CMP (2020).

Para o PEPCV, a definição do Escopo e Visão do Plano de Manejo serão subsidiadas pelos resultados do Propósito da UC e de sua declaração de significância discutidos e elaborados durante a Oficina Consultiva. Relembre os textos propostos no item **3.2 - Oficina Consultiva**.

4.3.2. Identificação dos Alvos de Conservação e Alvos de Bem-Estar Humano

Os **alvos de conservação**, ou **alvos de biodiversidade**, são os elementos específicos da natureza que um projeto busca proteger. Eles representam o que se pretende conservar no longo prazo e servem de base para definir metas, escolher ações e medir os resultados. Alguns exemplos são:

Alvos de Conservação - MONAST	
Solos	“O recurso solo é elemento fundamental para a garantia das relações sociais e ambientais do território, pois dele depende de maneira direta a qualidade e quantidade da água dos mananciais, a ciclagem de nutrientes, a produção agropecuária da zona de amortecimento e a facilidade do escoamento da produção e acessos aos pontos turísticos e comunidades rurais”.
Recursos Hídricos	“Considerando que o Monast ocupa terras em porções elevadas de duas importantes bacias hidrográficas da região, abrigando um elevado número de nascentes e cursos d’água tributários e formadores dos Rios Itapemirim e Itabapoana, este recurso natural se torna fundamental para o abastecimento de comunidades rurais e urbanas, tanto para a produção agrícola quanto para o abastecimento público.”
Paisagem	“A paisagem, formada pelos fragmentos florestais em conjunto com os afloramentos rochosos, onde se destacam Pedra do Farol, Pedra da Cobiça, Estrela D'alva, Peito de Moça, Santa Maria, Pedra da Caveira e Linda Aurora. A paisagem é o alvo principal do Monast, pois ele qualifica os elementos fisiográficos em função da sua beleza cênica e valor estético, figurando como atributo-chave para a salvaguarda da unidade de conservação e sobre o qual existe elevada potencialidade para se desenvolver fontes alternativas de renda, 271 inclusão da região no roteiro turístico (rural e ecoturismo) do ES, projetos de educação ambiental, recreação, entre outros aspectos.”
Biodiversidade (fauna e flora nativos)	“É um dos maiores remanescentes florestais da região sul do Espírito Santo, abrigando uma rica biodiversidade da fauna e flora, entre eles espécies endêmicas e ameaçadas, tais como a rãzinha de serra das torres (<i>Euparkerella robusta</i>), o pixoxó (<i>Sporophila frontalis</i>) e a onça-parda (<i>Puma concolor</i>), e é elemento importante para a preservação da vida silvestre no Espírito Santo no estabelecimento de trampolins de biodiversidade e formação de corredores ecológicos.”

Fonte: IEMA (2024).

Assim, seguindo os Padrões Abertos (CMP, 2020), o **Quadro 8** exemplifica uma descrição de componentes do planejamento de uma UC.

Quadro 8 - Exemplo dos componentes do planejamento seguindo os “Padrões Abertos para a Prática da Conservação”.

Parque Nacional Tia'm	
Escopo:	Ecosistema Florestal do Parque Nacional Tia'm.
Visão:	Uma floresta boreal compartilhada pelo trotar dos alces, pelos passos dos Mi'kmaq e pelo canto dos pássaros.
Alvo de Conservação:	1) Pessoas conectadas à terra (alvo cultural); 2) Floresta (alvo baseado em ecossistema); 3) Tordo de <i>Bicknell</i> (alvo baseado em espécies).

Fonte: CMP (2020).

Como subsídio para a definição dos alvos de conservação do PEPCV, podem ser considerados os resultados apresentados no item **3.2 - Oficina Consultiva**, especialmente no que se refere aos elementos identificados a partir das Declarações de Significância e das categorias de análise do *Mapa Falado*.

Após a definição dos alvos, é essencial determinar o **status atual de cada alvo de conservação**. O primeiro passo é avaliar sua **saúde** ou “viabilidade” com base nas informações disponíveis. Em análises mais detalhadas, são definidos **atributos chave** dos alvos, indicadores para medir seu estado, limites aceitáveis de variação para cada indicador e, por fim, a situação atual desses indicadores (linha de base ou tendência). Essas informações ajudam a estabelecer metas realistas, monitorar os avanços do projeto e identificar as principais ameaças à conservação.

Além da proteção da biodiversidade, é importante considerar como os esforços de conservação impactam a vida das pessoas. Dessa forma, os **alvos de bem-estar humano** representam aspectos da qualidade de vida diretamente influenciados pelo *status* dos alvos de conservação e pelos **serviços ecossistêmicos** associados. Estes alvos podem abranger elementos como **meios de subsistência, saúde, coesão social, segurança e governança**.

Podem ser citados como exemplo os alvos de bem-estar humano (**Quadro 9**) definidos para o Monumento Natural Estadual Serra das Torres - MONAST, (IEMA, 2024):

Quadro 9 - Alvos de bem-estar humano definidos para o Monumento Natural Serra das Torres (MONAST).

Monumento Natural Serra das Torres - MONAST	
Alvos de bem-estar humano	<ul style="list-style-type: none">• Ar puro;• Acesso a água de qualidade;• Diversificação da produção;• Geração de renda alternativa;• Educação ambiental e conservacionista;• Capacitação;• Troca de experiência e saberes tradicionais;• Produção agrícola de qualidade;• Turismo de recreação e contato com a natureza.

Fonte: IEMA (2024).

Após a construção destes elementos apresentados durante a Oficina de Planejamento Participativo, serão obtidos os seguintes produtos (**Quadro 10**):

Quadro 10 - Produtos a serem concluídos ao final do processo.

OS PRODUTOS PARA ESTES PASSOS INCLUEM:

- Breve descrição do escopo do projeto;
- Declaração da visão do projeto;
- Seleção de alvos de conservação, incluindo uma breve explicação do motivo pelo qual foram escolhidos;
- Descrição do *status* de viabilidade (“saúde”) de cada alvo de conservação prioritário;
- Seleção de alvos de bem-estar humano e identificação de serviços ecossistêmicos e uma breve explicação de por que foram escolhidos.

4.3.3. *Análise do Contexto de Conservação e dos Atores Envolvidos*

Depois de definir os **alvos de conservação prioritários**, o próximo passo é identificar as **ameaças diretas** que afetam esses alvos, além dos **atores responsáveis por essas ameaças**. Essas ameaças, também chamadas de **pressões**, são geralmente atividades humanas que causam degradação imediata aos ecossistemas e espécies-alvo. Exemplos comuns incluem **pesca não sustentável, caça ilegal, desmatamento, exploração mineral, poluição industrial e introdução de espécies invasoras**.

Além disso, algumas ameaças diretas podem ser fenômenos naturais intensificados pela ação humana, como **eventos climáticos extremos** devido às mudanças climáticas ou **alterações no ciclo da água** causadas pelo desmatamento e pela urbanização. Para exemplificar, no **Quadro 11** são apresentados alguns exemplos de ameaças definidas para o MONAST (IEMA, 2024):

Quadro 11 - Ameaças identificadas durante o processo de elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural Serra das Torres – MONAST.

Monumento Natural Serra Das Torres - MONAST	
Ameaças Diretas ou fontes de pressão	<ul style="list-style-type: none">• Contaminação de recursos hídricos;• Uso indiscriminado de água em quantidade;• Estradas e vias de acesso;• Resíduos sólidos;• Mineração;• Infraestrutura de telefonia e energia elétrica;• Ocupações em Área de Proteção Permanente;• Assoreamento;• Construções que causam impacto visual;

Monumento Natural Serra Das Torres - MONAST

	<ul style="list-style-type: none">• Desmatamento e fragmentação da paisagem;• Fogo/queimadas;• Turismo predatório;• Depredação de rochas;• Presença de cães;• Prática de motocross e <i>off road</i>;• Caça;• Coleta ilegal de plantas.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: IEMA (2024).

Embora o exemplo do MONAST não estabeleça uma ligação direta com os alvos de conservação, é possível identificar, de forma implícita, a associação de cada ameaça a um alvo específico. De maneira esquemática, essa identificação é fundamental, pois evidencia a relação – direta ou indireta – entre ameaças e alvos de conservação, fornecendo subsídios para a construção do Modelo Situacional.

Na identificação de ameaças, é importante especificar os **atores** (p. ex., pescadores ilegais, caçadores ilegais, empresas específicas). Essa abordagem permite entender melhor as motivações e contextos dessas atividades, facilitando a análise das **partes interessadas** e o desenvolvimento de **estratégias adequadas**.

Outro ponto fundamental é a **priorização das ameaças diretas**, garantindo que as ações de conservação se concentrem nos desafios mais críticos. Para isso, diversas ferramentas de atribuição de importância e classificação de ameaças podem ser utilizadas para fazer a priorização, considerando fatores como:

- **Extensão da ameaça:** qual a área ou número de alvos afetados?
- **Gravidade da ameaça:** qual o impacto da ameaça sobre os alvos de conservação?
- **Permanência da ameaça:** a ameaça causa danos reversíveis ou irreversíveis?
- **Urgência de resolução:** há necessidade de ação imediata?

Diferentes abordagens podem ser adotadas para priorizar ameaças, como:

1. **Classificação absoluta** – avalia cada ameaça individualmente em relação aos alvos de conservação.
2. **Classificação baseada no estresse** – mede o impacto das ameaças sobre os atributos-chave dos alvos.

3. **Classificação relativa** – compara ameaças entre si para identificar as mais significativas.

Por fim, é essencial adotar uma **visão ampla** na análise das ameaças, sem se limitar apenas àquelas que a equipe já tem conhecimento ou recursos para lidar. Dessa forma, é possível desenvolver estratégias mais eficazes e adaptadas à realidade do projeto.

Nesta etapa da Oficina de Planejamento Participativo serão obtidos os seguintes produtos **(Quadro 12)**:

Quadro 12 - Produtos a serem concluídos ao final da etapa de análise de ameaças.

OS PRODUTOS PARA ESTES PASSOS INCLUEM:

- Identificação de ameaças diretas;
- Atribuição de importância ou classificação de ameaças diretas para identificar ameaças críticas.

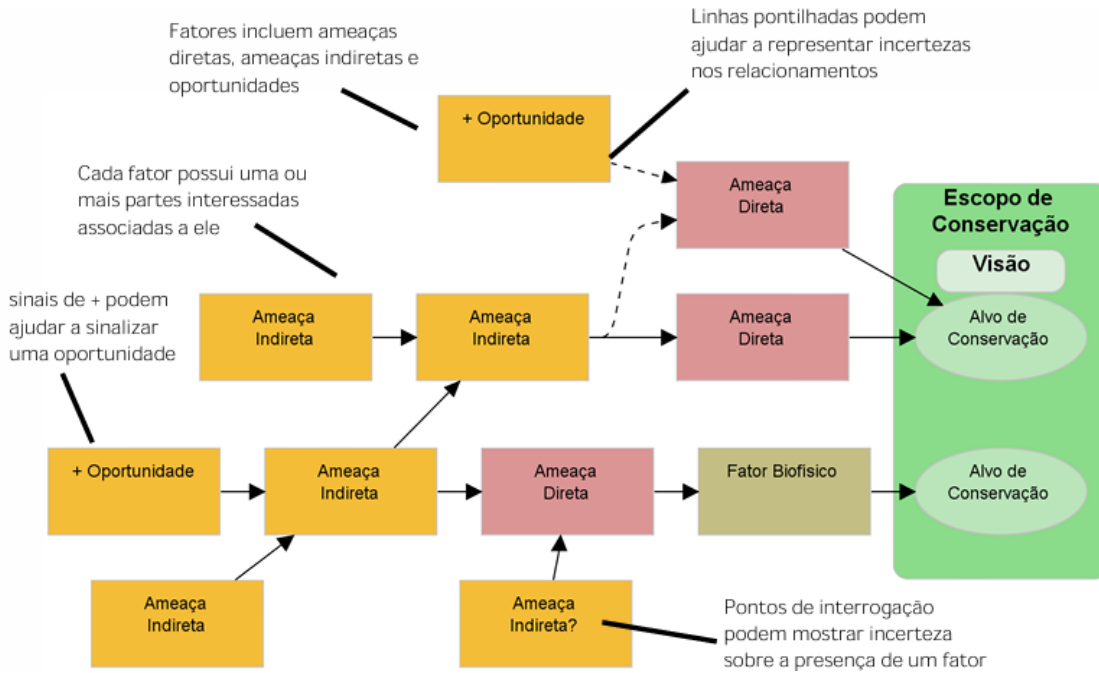
4.3.4. Construção Participativa do Modelo Situacional

Ao estabelecer o escopo, a visão, os alvos de conservação e de bem-estar humano, bem como as ameaças, será possível estruturar um panorama claro e fundamentado, que juntos compõem os principais elementos de uma **análise situacional**. Uma maneira eficaz de estruturar essa análise é por meio da construção de um **Modelo Situacional**, uma ferramenta que representa visualmente as relações de causa e efeito entre os fatores identificados, facilitando a compreensão das dinâmicas que afetam o projeto e orientando a definição de estratégias eficazes para revisão do Plano de Manejo.

A análise situacional descreve as interações entre sistemas sociais, econômicos, políticos e institucionais e as partes interessadas, que influenciam ou são impactadas pela conservação dos alvos. Revisar as evidências disponíveis e identificar os **fatores** que geram **ameaças diretas e indiretas** (também conhecidas como causas raízes ou fatores impulsionadores), bem como as **oportunidades e condições habilitantes**, é essencial para uma atuação estratégica.

Um Modelo Situacional (também conhecido como Modelo Conceitual) é uma ferramenta que retrata visualmente os relacionamentos entre os diferentes fatores em sua análise situacional (veja a **Figura 16** para um modelo genérico e o **Anexo I** para um modelo real). Um bom modelo ilustra os principais relacionamentos de **causa e efeito** que existem na área ou tema do projeto e, quando apropriado, os principais atores.

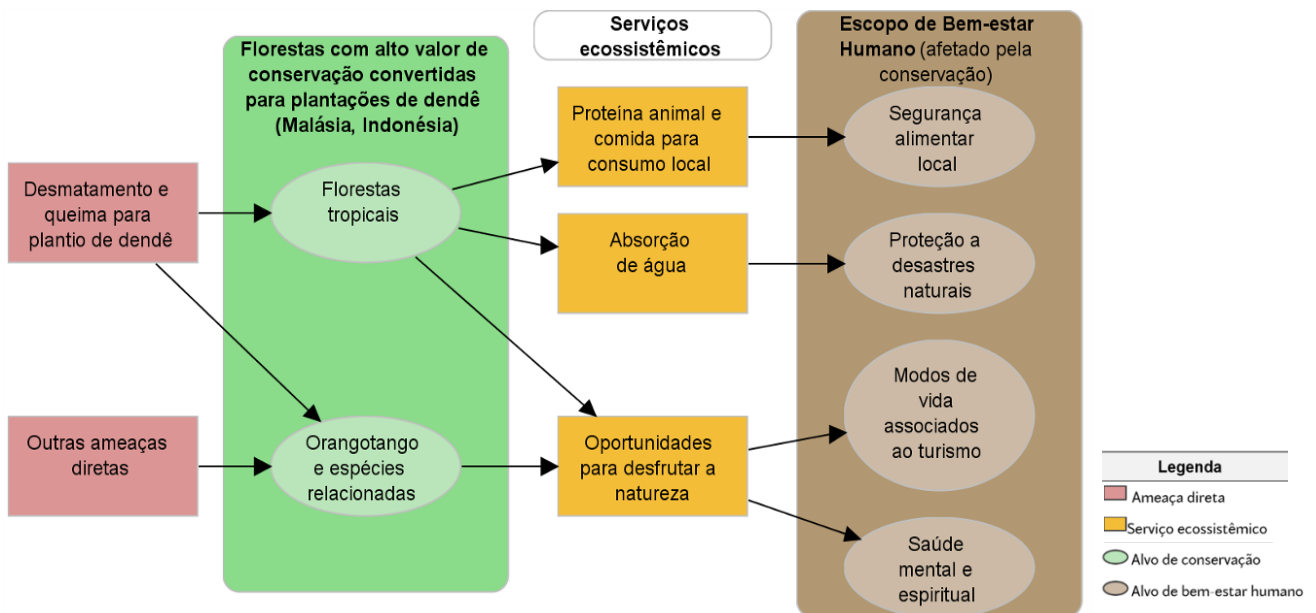
Figura 16 - Modelo Situacional genérico mostrando o contexto do projeto.



Fonte: CMP, versão 4.0, 2020.

Os alvos de bem-estar humano também podem ser incluídos no Modelo Situacional, de modo a demonstrar como esses aspectos são influenciados pelo *status* dos alvos de conservação e dos serviços ecossistêmicos associados. A **Figura 17** apresenta um exemplo específico no lado direito do modelo.

Figura 17 - Exemplo sintético de um modelo conceitual com alvos de bem-estar humano.



Fonte: CMP, versão 4.0, 2020.

Como resultado desta sistematização, espera-se obter os produtos (**Quadro 13**):

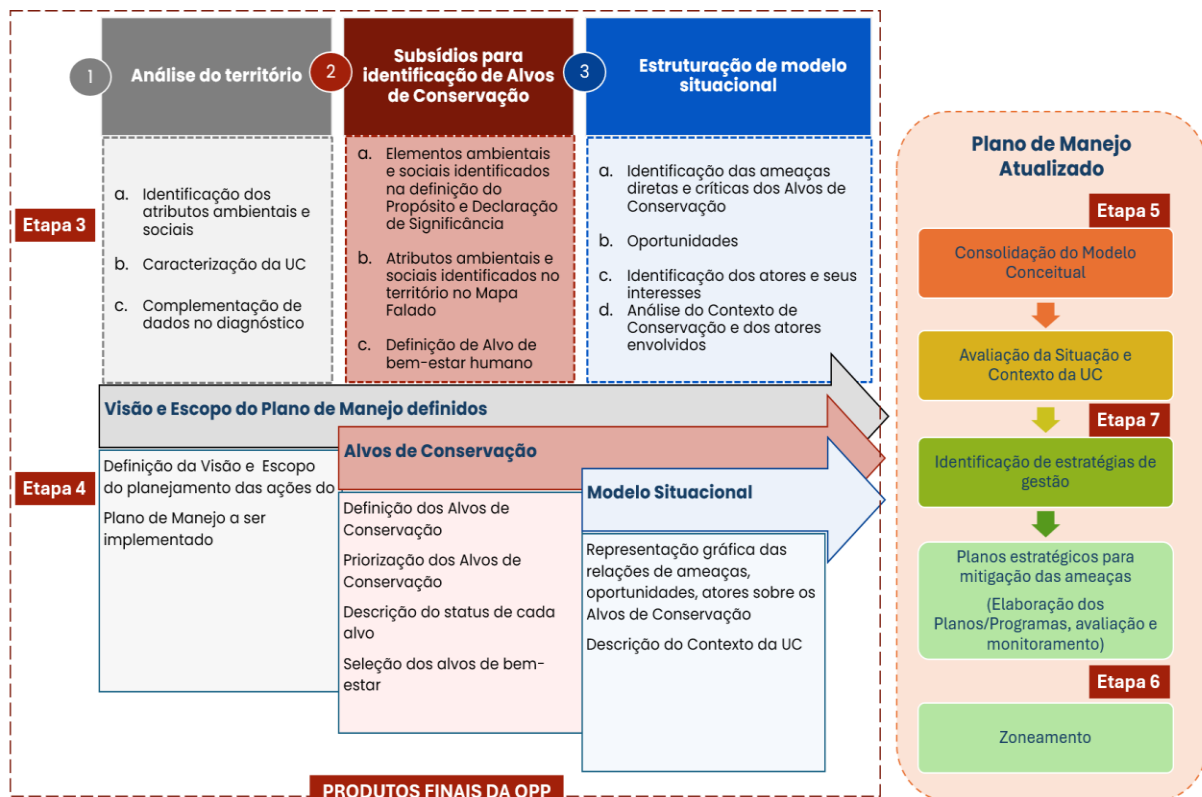
Quadro 13 - Produtos a serem concluídos ao final da etapa de análise situacional.

OS PRODUTOS PARA ESTES PASSOS INCLUEM:	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação e análise de ameaças indiretas e oportunidades; ● Análise de partes interessadas e seus principais interesses; ● Modelo situacional inicial → representação das principais relações de causa e efeito entre os fatores que afetam o contexto da UC; ● Revisão e validação do modelo situacional. 	

5. CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO PLANO DE MANEJO

Conforme as diretrizes dos Padrões Abertos para a Conservação (CMP, 2020), após a etapa de avaliação da situação atual da UC, inicia-se a elaboração do planejamento futuro da unidade. Esse processo considera seu contexto, escopo, visão, alvos de conservação e Modelo Situacional e envolve a definição de estratégias para a mitigação de ameaças, para a potencialização de oportunidades, além do estabelecimento de diretrizes para monitoramento e ciclos de avaliação. A **Figura 18** apresenta as etapas que sucedem esse momento.

Figura 18 – Próximas etapas após a Oficina de Planejamento Participativo para revisão do Plano de Manejo.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oficina de Planejamento Participativo para a revisão do Plano de Manejo representa um passo importante para o **fortalecimento da gestão e conservação** da área protegida. As contribuições apresentadas durante o evento serão analisadas e consideradas na elaboração do novo plano, com o objetivo de **alinhar as diretrizes de manejo às necessidades de conservação** dos recursos naturais.

A participação ativa dos envolvidos demonstra o **compromisso** com a construção de um plano de manejo mais **eficiente e adaptado à realidade local**. Esse **processo colaborativo** contribui para a implementação de ações mais eficazes e para a promoção de um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

As próximas etapas estão sendo planejadas e serão comunicadas oportunamente, assegurando a continuidade do **diálogo** e a **transparência** no processo de revisão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CMP. ALIANÇA PARA MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO. Padrões Abertos para a Prática da Conservação, versão 4.0. CMP, 2020. 90p. Disponível em: https://conservationstandards.org/wp-content/uploads/sites/3/2020/11/4.0_Conservation_Standards_Portuguese_v.20200703.pdf

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 5237-R, de 25 de novembro de 2022. Declara as espécies de fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

FORTES, P. T. F. de O. et al. Carta geológica: folha SF.24-V-B-IV Guarapari. Belo Horizonte: CPRM, 2014. Escala 1:100.000. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/18298?mode=full>

GEOBASES. ISJN - Mapeamento do Solo Espírito Santo - 2019-2020. Geobases, 2024. Disponível em: https://ide.geobases.es.gov.br/layers/geonode:ijsn_map_uso_solo_es_2019_2020

GUARNIER, J. C. et al. Lista de espécies do Parque Estadual Paulo César Vinha. In: Catálogo de Plantas das Unidades de Conservação do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://catalogo-ucs-brasil.jbrj.gov.br/>

IEMA. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de manejo: Parque Estadual Paulo César Vinha. CEPEMAR – Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda, 2007. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/pepcv>

IEMA. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Termo de Referência para a Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha, 2021.

IEMA. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Parque Estadual Paulo César Vinha, 2023. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/PEPCV>

IEMA. INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual Serra das Torres. Volume I - Diagnóstico Socioambiental e Avaliação Estratégica. Greentec, 2024. 311 p.

INMA. INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA. Fauna e flora ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo / organizadores: Claudio Nicoletti de Fraga, Mileide de Holanda Formigoni, Flávia Guimarães Chaves. Santa Teresa, ES: Instituto Nacional da Mata Atlântica, 2019. 432 p.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 6.ed. aum. Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Brasília, 2006.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

SALT. SALT ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Diagnóstico Preliminar da Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Paulo César Vinha - Espírito Santo, 2024.

SALT. SALT ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. Relatório da Oficina Consultiva do Parque Estadual Paulo César Vinha - Espírito Santo, 2025.

Anexo I - Modelo Situacional do Monumento Natural Serra das Torres - Monast

